

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
SOBRE OS AUTORES	7
PARTE I	
INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL ECONÔMICO	
CAPÍTULO 1 – ORIGEM DO DIREITO PENAL ECONÔMICO	23
LUCIANO ANDERSON DE SOUZA	
1.1. Considerações iniciais	23
1.2. Traçado histórico geral entre Direito Penal e economia	24
1.2.1. Primeira fase: casuísmo legislativo	24
1.2.2. Segunda fase: proteção ao liberalismo	26
1.2.3. Terceira fase: Estado do Bem-Estar Social	28
1.2.4. Quarta fase: redução do papel do Estado	31
1.3. Origens do Direito Penal Econômico brasileiro	33
1.4. Constituição de 1988 e crimes econômicos	37
1.5. Síntese conclusiva	41
CAPÍTULO 2 – CONTEÚDO DO DIREITO PENAL ECONÔMICO	43
LUCIANO ANDERSON DE SOUZA	
2.1. Considerações iniciais	43
2.2. O bem jurídico nos crimes econômicos	46
2.3. Os conceitos de ordem econômica e de Direito Penal Econômico	53
2.4. A confiança como elemento necessário para a reprodução e circulação da riqueza	57
CAPÍTULO 3 – ESTÁGIO ATUAL DO DIREITO PENAL ECONÔMICO E ALTERNATIVAS JURÍDICAS	61
LUCIANO ANDERSON DE SOUZA	
3.1. Considerações iniciais	61
3.2. Panorama do Direito Penal Econômico, em especial brasileiro: dificuldades	62
3.2.1. Problemas estruturais do Direito Penal Econômico	66
3.2.1.1. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	68
3.2.1.2. Criminal <i>compliance</i>	69
3.2.1.3. Colaboração premiada	73
3.2.2. Problemas conjunturais do Direito Penal Econômico	73
3.2.2.1. Crimes de perigo abstrato	74
3.2.2.2. Tipos penais abertos	79
3.2.2.3. Tipos penais de assessoriedade administrativa	81
3.2.2.4. Normas penais em branco	82
3.2.2.5. Tipos omissivos e culposos	84
3.2.2.6. A incoerência do discurso legitimador dos fins da pena	86
3.2.3. Síntese das problemáticas: deslegitimidade	87

3.3.	As alternativas jurídicas ao Direito Penal Econômico	89
3.3.1.	A “Escola de Frankfurt”	90
3.3.2.	O Direito de Intervenção	91
3.3.3.	O Direito Penal de duas velocidades	92
3.3.4.	Direito Administrativo Sancionador	95
	Referências bibliográficas	97

PARTE II DIREITO PENAL ECONÔMICO EM ESPÉCIE

CAPÍTULO 4 – CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	107	
MARINA PINHÃO COELHO ARAÚJO		
4.1.	Introdução	107
4.1.1.	Uma lei sancionada com a promessa de ser substituída	107
4.2.	Sistema financeiro e proteção penal	108
4.3.	Conceito de instituição financeira. Artigo 1º	109
4.4.	Responsabilidade nos crimes contra o sistema financeiro nacional	114
4.5.	Dos crimes em espécie	117
4.5.1.	Artigo 2º. Títulos irregulares	117
4.5.2.	Divulgação de falsa informação sobre instituições financeiras	120
4.5.3.	Gestão Fraudulenta	122
4.5.4.	Gestão temerária	127
4.5.5.	Apropriação indébita financeira	131
4.5.6.	Indução em erro de sócio, investidor ou repartição pública	133
4.5.7.	Títulos ou valores mobiliários ilegítimos	135
4.5.8.	Exigência de juros abusivos, em desacordo com a legislação (“extorsão financeira”)	137
4.5.9.	Fraude de documento de investimento	139
4.5.10.	Fraude de balanço em instituição financeira	140
4.5.11.	Contabilidade paralela	141
4.5.12.	Omissão de administradores na apresentação de informação, declarações ou documentos	142
4.5.13.	Desvio de bem indisponível em liquidação	143
4.5.14.	Falsidade na apresentação de créditos na falência	143
4.5.15.	Manifestação falsa de interventor, liquidante ou síndico	145
4.5.16.	Operação de instituição financeira sem a devida autorização	146
4.5.17.	Empréstimo vedado	148
4.5.18.	Violação de sigilo de instituição financeira	151
4.5.19.	Fraude em financiamento	151
4.5.20.	Aplicação de recursos de financiamento em finalidades diversas das previstas em lei ou contrato	152
4.5.21.	Falsidade de identidade em operação de câmbio	153
4.5.22.	Evasão de divisas	154
4.5.22.1.	Tipo objetivo	155
4.6.	Competência dos crimes financeiros	157
4.7.	Sigilo de informações financeiras	157
4.8.	Prisão preventiva e prisão pós-sentença condenatória	160
4.9.	Pena de multa	161
	Referências bibliográficas	162
CAPÍTULO 5 – CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INDUSTRIAL	165	
REGINA CIRINO ALVES FERREIRA		
5.1.	Tracejado histórico dos crimes contra a propriedade industrial	165

5.2. Propriedade imaterial e interesse jurídico-penal protegido	171
5.3. Penas e apuração dos crimes contra a propriedade industrial.....	175
5.4. Crimes contra a propriedade industrial.....	181
5.4.1. Escorço histórico da tutela das patentes	181
5.4.1.1. Crimes contra patentes e propostas de recrudescimento	184
5.4.2. A tutela dos desenhos industriais	191
5.4.2.1. Crimes contra os desenhos industriais e propostas legislativas ...	192
5.4.3. Crimes contra as marcas.....	194
5.4.3.1. Crimes contra as marcas e propostas de reformas.....	197
5.4.4. Dos crimes cometidos por meio de marca, título de estabelecimento e sinal de propaganda.....	199
5.4.5. Crimes contra as indicações geográficas e demais indicações e reformas legislativas.....	200
5.4.6. Causas de aumento nos crimes contra a propriedade industrial	203
5.5. Conflito aparente de normas.....	206
5.5.1. Importação de mercadoria contrafeita: contrabando e crimes contra a propriedade industrial	206
5.5.2. Crime contra a propriedade industrial e crime de receptação	209
5.6. O princípio da insignificância nos crimes contra a propriedade imaterial	211
Conclusões.....	213
Referências bibliográficas	215

CAPÍTULO 6 – CRIMES CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS 219

RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA

Introdução	219
6.1. A expansão do Direito Penal e a preocupação com os mercados.....	220
6.2. Direito Penal Econômico e Mercado de Capitais.....	227
6.3. A questão do bem jurídico protegido	233
6.4. Antecipação de tutela penal, lei penal em branco, acessoriedade administrativa e legitimidade.....	237
6.5. Dos crimes em espécie	246
6.5.1. Manipulação de mercado.....	246
6.5.1.1. Objetividade jurídica	249
6.5.1.2. Conduta típica objetiva e subjetiva	251
6.5.1.3. Sujeitos do crime.....	254
6.5.2. Uso indevido de informação privilegiada	255
6.5.2.1. Objetividade jurídica	257
6.5.2.2. Conduta típica objetiva e subjetiva	261
6.5.2.3. Sujeitos do crime.....	263
6.5.3. Exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função	264
6.5.3.1. Objetividade jurídica	265
6.5.3.2. Conduta típica objetiva e subjetiva	266
6.5.3.3. Sujeitos do crime.....	268
Referências Bibliográficas	268

CAPÍTULO 7 – DIREITO PENAL BANCÁRIO..... 275

RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA

Introdução	275
7.1. Peculiaridades do Direito Penal Bancário brasileiro	277
7.1.1. A questão do bem jurídico tutelado	279
7.1.2. Momentos de crise e seu reflexo no Brasil: o caso típico da evasão de divisas ...	281
7.1.3. Influências econômicas do Direito Penal e novos institutos arrecadatórios...	283

7.2.	Crises e expansão penal arrecadatória: derivações no Brasil e no mundo	287
7.2.1.	A ascensão e a queda do instituto do sigilo bancário	290
7.2.2.	O processo de regularização dos valores no estrangeiro na experiência internacional.....	291
7.2.3.	A busca de novo marco normativo: as previsões legais brasileiras sobre regularização de capitais.....	294
7.2.4.	O efeito imprevisto da criação de um novo trilema penal econômico	298
7.3.	Segurança jurídica e o revisitar de questões passadas	300
7.3.1.	A mudança de Governo e a mudança de perspectiva	300
7.3.2.	Segurança jurídica, confiança e a coisa julgada.....	303
7.3.3.	O princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i>	305
	Conclusões	308
	Referências bibliográficas	309
CAPÍTULO 8 – CRIMES TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS		315
MARINA PINHÃO COELHO ARAÚJO		
8.1.	Crimes tributários.....	315
8.1.1.	Introdução.....	315
8.1.2.	Conceito jurídico de tributo	318
8.1.3.	Sobre a interação entre a via administrativa e a via penal. Necessidades e patologia	319
8.1.4.	O que se pretende proteger com a norma jurídico-penal tributária?.....	324
8.1.5.	Crimes em espécie	327
8.1.6.	Sanção penal e aplicação da pena.....	335
8.2.	Dos crimes previdenciários	338
8.2.1.	Introdução e objeto da proteção penal.....	338
8.2.2.	Dos crimes em espécie	339
8.2.2.1.	Sonegação de contribuição previdenciária	340
8.2.3.	Extinção da punibilidade pelo pagamento.....	342
8.2.4.	Pena e sua aplicação	342
	Referências bibliográficas	343
CAPÍTULO 9 – LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (LEI Nº 12.850/2013)		345
LUCIANO ANDERSON DE SOUZA		
9.1.	Considerações preliminares	345
9.2.	Histórico e contextualização atual	346
9.3.	Associação criminosa e organização criminosa	349
9.4.	Organização criminosa e lavagem de dinheiro	354
9.5.	A Lei nº 12.694/2012 e sua definição de organização criminosa.....	355
9.6.	A Lei nº 12.720/2012: “crime de extermínio de seres humanos”	356
9.7.	Crime de organização criminosa: análise dogmática	357
9.7.1.	Objetividade jurídica	358
9.7.2.	Sujeitos do delito	358
9.7.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	359
9.7.4.	Consumação e tentativa	361
9.7.5.	Figura assemelhada	362
9.7.6.	Causas de aumento de pena.....	363
9.7.7.	Agravante genérica	364
9.7.8.	Pena e ação penal.....	364
9.7.9.	Investigação e meios de prova	365
9.7.9.1.	Colaboração premiada	366
9.7.9.2.	Ação controlada	372

9.7.9.3.	Infiltração de agentes	372
9.7.9.4.	Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações...	375
9.7.10.	Crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova	377
9.7.10.1.	Revelar identidade do colaborador.....	377
9.7.10.2.	Denúnciação caluniosa sobre organização criminosa.....	378
9.7.10.3.	Violação de sigilo das investigações.....	379
9.7.10.4.	Sonegação de informações requisitadas.....	380
9.7.11.	Outras consequências trazidas pela Lei Anticrime à Lei de Organização Criminosa.....	381
9.7.11.1.	Liberdade provisória	381
9.7.11.2.	Regime disciplinar diferenciado	382
9.7.11.3.	Progressão de regime.....	384
9.7.11.4.	Estabelecimento prisional.....	384
9.7.11.5.	Nova figura no rol de crimes hediondos	385
Referências bibliográficas		385
CAPÍTULO 10 – CRIMES DE LICITAÇÃO		387
JOÃO PAULO MARTINELLI		
10.1.	Conceito e finalidades da licitação	387
10.2.	Princípios que regem a licitação	388
10.3.	Obrigatoriedade da licitação	390
10.4.	Situações em que a licitação não é obrigatória.....	391
10.4.1.	Licitação dispensada.....	392
10.4.2.	Licitação dispensável.....	392
10.4.3.	Licitação inexigível.....	393
10.5.	Lei Anticorrupção e Estatuto das Estatais	393
10.6.	Crimes de licitação no Código Penal.....	394
10.6.1.	A questão do bem jurídico.....	394
10.6.2.	O contexto administrativo da licitação	398
10.6.3.	Improbidade administrativa.....	399
10.6.4.	Crimes em espécie.....	400
10.6.5.	Pena de multa.....	431
10.7.	Sujeito ativo nos crimes de licitação	431
10.8.	Efeitos da condenação na Lei de Licitações	433
10.9.	Competência.....	434
Referências bibliográficas		435
CAPÍTULO 11 – CRIMES AMBIENTAIS		437
JOSÉ PAULO MICHELETTO NAVES		
Introdução		438
11.1.	Breve exposição sobre o debate da legitimidade dos crimes ambientais	438
11.1.1.	Os crimes ambientais como integrantes do Direito Penal econômico?	440
11.2.	O bem jurídico nos crimes ambientais	441
11.2.1.	O bem jurídico tutelado pelos crimes ambientais	441
11.2.2.	Delitos de acumulação.....	444
11.2.3.	A incidência do princípio da insignificância nos crimes ambientais	447
11.3.	A construção típica dos crimes ambientais.....	452
11.3.1.	A sociedade contemporânea e a antecipação da tutela penal.....	452
11.3.2.	Os crimes de perigo e a administrativização do Direito Penal nos crimes ambientais.....	454
11.3.3.	Do excessivo emprego das remissões normativas nos tipos ambientais: assessoriedade administrativa	457

11.3.4.	A administrativização do Direito Penal, o seu uso de forma simbólica e o bis in idem entre as sanções penais e administrativas.....	462
11.4.	Imputação nos crimes ambientais – Art. 2º da Lei nº 9.605/1998.....	467
11.5.	A aplicação da pena para as pessoas físicas nos crimes ambientais.....	469
11.6.	A particular questão da responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	473
11.6.1.	Justificativas e críticas sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	473
11.6.2.	Modelos de responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	475
11.6.3.	A responsabilidade penal da pessoa jurídica no ordenamento jurídico brasileiro e o desdobramento jurisprudencial.....	478
11.6.4.	A grave problemática envolvendo a aplicação da pena para as pessoas jurídicas.....	481
11.6.5.	A ausência de disciplina processual penal a respeito das pessoas jurídicas.....	484
11.7.	Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).....	488
11.7.1.	Crimes contra a fauna (Seção I).....	488
11.7.1.1.	Caçar animais silvestres (Art. 29).....	490
11.7.1.2.	Maus tratos a animais (Art. 32).....	493
11.7.1.3.	Emissão de efluentes (Art. 33).....	495
11.7.1.4.	Pesca (Arts. 34 e 35).....	496
11.7.2.	Crimes contra a flora (Seção II).....	500
11.7.2.1.	Destruir ou danificar floresta de preservação permanente (Art. 38).....	501
11.7.2.2.	Cortar árvores em floresta de preservação permanente (Art. 39).....	505
11.7.2.3.	Destruir ou danificar vegetação do Bioma Mata Atlântica (Art. 38-A).....	506
11.7.2.4.	Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação (Art. 40 e 40-A).....	508
11.7.2.5.	Cortar madeira de lei (Art. 45).....	511
11.7.2.6.	Impedir ou dificultar a regeneração de vegetação (Art. 48).....	512
11.7.3.	Crimes de Poluição e outros crimes ambientais (Seção III).....	515
11.7.3.1.	Poluição (Art. 54).....	515
11.7.3.2.	Execução de pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais (Art. 55).....	523
11.7.3.3.	Manuseio de produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva (Art. 56).....	526
11.7.3.4.	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores (Art. 60).....	530
11.7.4.	Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural (Seção IV).....	534
11.7.4.1.	Crimes relacionados à ofensa a bens, a edificações ou locais protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial e ao solo não edificável (Arts. 62, 63 e 64).....	535
11.7.4.2.	Pichação (Art. 65).....	538
11.7.5.	Crimes contra a administração ambiental (Seção V).....	539
11.7.5.1.	Falsidade do funcionário público em procedimento de autorização ou licenciamento ambiental; concessão pelo funcionário público de licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais; descumprimento obrigação de relevante interesse ambiental; dificultar a ação fiscalizadora (Arts. 66, 67, 68 e 69).....	540
11.7.5.2.	Elaboração de procedimento administrativo falso ou enganoso (Art. 69-A).....	542

11.8. Lei nº 7.802/1989 (Lei de Agrotóxicos).....	543
Referências bibliográficas	545
CAPÍTULO 12 – CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO	551
JOSÉ PAULO MICHELETTO NAVES	
Parte Geral	554
Introdução	554
12.1. As mudanças de paradigma e a tutela do consumidor	555
12.2. Vulnerabilidade do consumidor	557
12.3. Da proteção constitucional ao consumidor	558
12.3.1. Sobre as previsões vigentes na Constituição Federal brasileira	558
12.3.2. Sobre a existência e possibilidade de mandados de criminalização na Constituição Federal	561
12.4. Os contornos do bem jurídico e a legitimidade da intervenção do direito penal dos crimes contra as relações de consumo	562
12.4.1. As relações de consumo como bem jurídico penal.....	562
12.4.2. Os crimes contra as relações de consumo como componentes do Direito Penal Econômico	567
12.4.3. Sobre a legitimidade da intervenção penal na tutela das relações de consumo ...	569
12.5. A relação jurídica de consumo	575
12.5.1. Os sujeitos da relação de consumo	576
12.5.1.1. Conceito de fornecedor.....	576
12.5.1.2. Conceito de consumidor	577
12.5.1.2.1. Consumidor <i>stricto sensu</i> (art. 2º, <i>caput</i> , CDC).....	577
12.5.1.2.2. Consumidor equiparado	580
12.5.2. O objeto da relação de consumo: produtos e serviços.....	583
Crimes em espécie	584
12.6. Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).....	587
12.6.1. Art. 63 – Omissão de informações quanto à nocividade ou periculosidade ao consumidor	587
12.6.1.1. Bem jurídico tutelado	587
12.6.1.2. Sujeitos ativo e passivo	588
12.6.1.3. Tipicidade objetiva	588
12.6.1.4. Tipicidade subjetiva	591
12.6.1.5. Consumação e tentativa	592
12.6.1.6. Figura equiparada	592
12.6.1.7. Conflito aparente de normas	593
12.6.1.8. Pena, ação penal e competência	595
12.6.2. Art. 64 – Deixar de comunicar a nocividade ou periculosidade de produto ...	595
12.6.2.1. Bem jurídico tutelado	596
12.6.2.2. Sujeitos ativo e passivo	596
12.6.2.3. Tipicidade objetiva	597
12.6.2.4. Tipicidade subjetiva	600
12.6.2.5. Consumação e tentativa	601
12.6.2.6. Figura equiparada	601
12.6.2.7. Conflito aparente de normas	603
12.6.2.8. Pena, ação penal e competência	603
12.6.3. Art. 65 – Execução de serviço altamente perigoso em desacordo com determinações de autoridade.....	604
12.6.3.1. Bem jurídico tutelado.....	604
12.6.3.2. Sujeitos ativo e passivo	605

12.6.3.3.	Tipicidade objetiva.....	605
12.6.3.4.	Tipicidade subjetiva.....	608
12.6.3.5.	Consumação e tentativa.....	608
12.6.3.6.	Figura equiparada (§ 2º).....	609
12.6.3.7.	Conflito aparente de normas (§ 1º).....	609
12.6.3.8.	Da ilegitimidade do tipo penal.....	610
12.6.3.9.	Pena, ação penal e competência.....	611
12.6.4.	Art. 66 – Oferta falsa ou enganosa.....	611
12.6.4.1.	Considerações iniciais.....	611
12.6.4.2.	Bem jurídico tutelado.....	612
12.6.4.3.	Sujeitos ativo e passivo.....	613
12.6.4.4.	Tipicidade objetiva.....	614
12.6.4.5.	Tipicidade subjetiva.....	615
12.6.4.6.	Consumação e tentativa.....	616
12.6.4.7.	Figura equiparada.....	616
12.6.4.8.	Conflito aparente de normas.....	617
12.6.4.9.	Pena, ação penal e competência.....	619
12.6.5.	Art. 67 – Publicidade enganosa ou abusiva.....	620
12.6.5.1.	Considerações iniciais.....	620
12.6.5.2.	Bem jurídico tutelado.....	622
12.6.5.3.	Sujeitos ativo e passivo.....	623
12.6.5.4.	Tipicidade objetiva.....	624
12.6.5.5.	Tipicidade subjetiva.....	627
12.6.5.6.	Consumação e tentativa.....	628
12.6.5.7.	Conflito aparente de normas.....	629
12.6.5.8.	Pena, ação penal e competência.....	630
12.6.6.	Art. 68 – Publicidade prejudicial à saúde ou à segurança.....	630
12.6.6.1.	Considerações iniciais.....	630
12.6.6.2.	Bem jurídico tutelado.....	631
12.6.6.3.	Sujeitos ativo e passivo.....	631
12.6.6.4.	Tipicidade objetiva.....	632
12.6.6.5.	Tipicidade subjetiva.....	634
12.6.6.6.	Consumação e tentativa.....	634
12.6.6.7.	Conflito aparente de normas.....	634
12.6.6.8.	Da ilegitimidade do tipo penal.....	635
12.6.6.9.	Pena, ação penal e competência.....	635
12.6.7.	Art. 69 – Desorganização de dados publicitários.....	635
12.6.7.1.	Considerações iniciais.....	636
12.6.7.2.	Bem jurídico tutelado.....	636
12.6.7.3.	Sujeitos ativo e passivo.....	637
12.6.7.4.	Tipicidade objetiva.....	638
12.6.7.5.	Tipicidade subjetiva.....	639
12.6.7.6.	Consumação e tentativa.....	639
12.6.7.7.	Da ilegitimidade do tipo penal.....	640
12.6.7.8.	Pena, ação penal e competência.....	641
12.6.8.	Art. 70 – Emprego de peças usadas sem autorização do consumidor.....	641
12.6.8.1.	Considerações iniciais.....	641
12.6.8.2.	Bem jurídico tutelado.....	642
12.6.8.3.	Sujeitos ativo e passivo.....	642
12.6.8.4.	Tipicidade objetiva.....	643
12.6.8.5.	Tipicidade subjetiva.....	644

12.6.8.6.	Consumação e tentativa	645
12.6.8.7.	Conflito aparente de normas	645
12.6.8.8.	Da ilegitimidade do tipo penal.....	646
12.6.8.9.	Pena, ação penal e competência	646
12.6.9.	Art. 71 – Cobrança abusiva.....	646
12.6.9.1.	Considerações iniciais e ilegitimidade do tipo penal	646
12.6.9.2.	Bem jurídico tutelado.....	647
12.6.9.3.	Sujeitos ativo e passivo.....	647
12.6.9.4.	Tipicidade objetiva.....	648
12.6.9.5.	Tipicidade subjetiva	651
12.6.9.6.	Consumação e tentativa	652
12.6.9.7.	Conflito aparente de normas	652
12.6.9.8.	Pena, ação penal e competência	653
12.6.10.	Art. 72 – Impedir ou dificultar o acesso às informações de consumo.....	654
12.6.10.1.	Considerações iniciais e ilegitimidade do tipo penal.....	654
12.6.10.2.	Bem jurídico tutelado.....	655
12.6.10.3.	Sujeitos ativo e passivo.....	655
12.6.10.4.	Tipicidade objetiva.....	656
12.6.10.5.	Tipicidade subjetiva	657
12.6.10.6.	Consumação e tentativa	657
12.6.10.7.	Conflito aparente de normas	657
12.6.10.8.	Pena, ação penal e competência	657
12.6.11.	Art. 73 – Não correção de informações do consumidor	657
12.6.11.1.	Considerações iniciais e ilegitimidade do tipo penal.....	658
12.6.11.2.	Bem jurídico tutelado.....	658
12.6.11.3.	Sujeitos ativo e passivo.....	659
12.6.11.4.	Tipicidade objetiva.....	659
12.6.11.5.	Tipicidade subjetiva	660
12.6.11.6.	Consumação e tentativa	660
12.6.11.7.	Conflito aparente de normas	660
12.6.11.8.	Pena, ação penal e competência	661
12.6.12.	Art. 74 – Omissão na entrega de termo de garantia	661
12.6.12.1.	Considerações iniciais.....	661
12.6.12.2.	Bem jurídico tutelado e ilegitimidade do art. 74 do CDC	662
12.6.12.3.	Sujeitos ativo e passivo.....	663
12.6.12.4.	Tipicidade objetiva.....	663
12.6.12.5.	Tipicidade subjetiva	664
12.6.12.6.	Consumação e tentativa	664
12.6.12.7.	Pena, ação penal e competência	664
12.6.13.	Art. 75 – Do concurso de pessoas	664
12.6.14.	Art. 76 – Circunstâncias agravantes específicas dos crimes previstos no CDC	665
12.6.14.1.	Grave crise econômica ou calamidade (art. 76, inc. I, CDC)	666
12.6.14.2.	Grave dano individual ou coletivo (art. 76, inc. II, CDC).....	667
12.6.14.3.	Dissimulação da natureza ilícita (art. 76, inc. III, CDC).....	668
12.6.14.4.	Quando cometido por servidor público ou com pessoa com condição econômico-social manifestamente superior (art. 76, inc. IV, “a”, CDC).....	668
12.6.14.5.	Quando a vítima é operária, ruralcola, menor de 18 anos, maior de 60 anos, ou “pessoa portadora de deficiência mental” (art. 76, inc. IV, “b”, CDC).....	669

12.6.14.6.	Operações envolvendo produtos ou serviços essenciais (art. 76, inc. V, CDC)	670
12.6.15.	Art. 77 – Da pena de multa nos crimes previstos no CDC	670
12.6.16.	Art. 78 – Das penas restritivas de direito	671
12.6.17.	Art. 79 – Da fiança	673
12.6.18.	Art. 80 – Assistência de acusação e ação penal privada subsidiária da pública ..	675
12.7.	Lei nº 8.137/1990	676
12.7.1.	Art. 7º, inc. I – Favorecimento, sem justa causa, de comprador ou freguês ...	676
12.7.1.1.	Bem jurídico tutelado	676
12.7.1.2.	Sujeitos ativo e passivo	677
12.7.1.3.	Tipicidade objetiva	677
12.7.1.4.	Tipicidade subjetiva	680
12.7.1.5.	Consumação e tentativa	680
12.7.1.6.	Conflito aparente de normas	680
12.7.2.	Art. 7º, inc. II – Venda de mercadoria em desacordo com as especificações oficiais	682
12.7.2.1.	Bem jurídico tutelado	682
12.7.2.2.	Sujeitos ativo e passivo	682
12.7.2.3.	Tipicidade objetiva	683
12.7.2.4.	Tipicidade subjetiva	685
12.7.2.5.	Consumação e tentativa	686
12.7.2.6.	Conflito aparente de normas	686
12.7.3.	Art. 7º, inc. III – Mistura fraudulenta de gêneros e mercadorias	688
12.7.3.1.	Bem jurídico tutelado	688
12.7.3.2.	Sujeitos ativo e passivo	688
12.7.3.3.	Tipicidade objetiva	689
12.7.3.4.	Tipicidade subjetiva	690
12.7.3.5.	Consumação e tentativa	691
12.7.3.6.	Conflito aparente de normas	691
12.7.4.	Art. 7º, inc. IV – Fraude de preços	692
12.7.4.1.	Bem jurídico tutelado	692
12.7.4.2.	Sujeitos ativo e passivo	693
12.7.4.3.	Tipicidade objetiva	693
12.7.4.4.	Tipicidade subjetiva	696
12.7.4.5.	Consumação e tentativa	696
12.7.4.6.	Conflito aparente de normas	696
12.7.5.	Art. 7º, inc. V – Cobrança ilegal de juros ou comissão	697
12.7.5.1.	Bem jurídico tutelado	697
12.7.5.2.	Sujeitos ativo e passivo	697
12.7.5.3.	Tipicidade objetiva e inconstitucionalidade por ofensa à taxatividade	698
12.7.5.4.	Tipicidade subjetiva	700
12.7.5.5.	Consumação e tentativa	700
12.7.5.6.	Conflito aparente de normas	700
12.7.6.	Art. 7º, inc. VI – Sonegação ou retenção de insumos ou bens para especulação ...	700
12.7.6.1.	Bem jurídico tutelado	701
12.7.6.2.	Sujeitos ativo e passivo	701
12.7.6.3.	Tipicidade objetiva	702
12.7.6.4.	Tipicidade subjetiva	703
12.7.6.5.	Consumação e tentativa	704
12.7.6.6.	Conflito aparente de normas	704

12.7.7.	Art. 7º, inc. VII – Indução a erro do consumidor	705
12.7.7.1.	Bem jurídico tutelado.....	705
12.7.7.2.	Sujeitos ativo e passivo.....	705
12.7.7.3.	Tipicidade objetiva.....	706
12.7.7.4.	Tipicidade subjetiva	708
12.7.7.5.	Consumação e tentativa	709
12.7.7.6.	Conflito aparente de normas	709
12.7.8.	Art. 7º, inc. VIII – Destruição de matéria-prima ou mercadoria buscando a alta de preço	710
12.7.8.1.	Bem jurídico tutelado.....	710
12.7.8.2.	Sujeitos ativo e passivo.....	710
12.7.8.3.	Tipicidade objetiva.....	711
12.7.8.4.	Tipicidade subjetiva	712
12.7.8.5.	Consumação e tentativa	712
12.7.8.6.	Conflito aparente de normas	712
12.7.9.	Art. 7º, inc. IX – Matéria-prima ou mercadoria imprópria para o consumo ...	713
12.7.9.1.	Considerações iniciais.....	713
12.7.9.2.	Bem jurídico tutelado.....	713
12.7.9.3.	Sujeitos ativo e passivo.....	713
12.7.9.4.	Tipicidade objetiva.....	715
12.7.9.5.	Tipicidade subjetiva	721
12.7.9.6.	Consumação e tentativa	722
12.7.9.7.	Conflito aparente de normas	722
12.7.9.8.	Competência.....	723
12.7.10.	Pena e a ação penal dos crimes previstos no art. 7º da Lei nº 8.137/1990	723
12.7.11.	Art. 11 – Do concurso de pessoas	726
12.7.12.	Art. 12 – Circunstâncias agravantes.....	726
12.7.12.1.	Ocasionar grave dano à coletividade (inc. I).....	727
12.7.12.2.	Cometido por servidor público no exercício de suas funções (inc. II).....	727
12.7.12.3.	Praticado no âmbito de prestação de serviços ou do comércio de bens essenciais à vida ou à saúde (inc. III).....	728
	Referências bibliográficas	728
	CAPÍTULO 13 – CRIMES FALIMENTARES (LEI Nº 11.101/05)	733
	GLAUTER DEL NERO	
13.1.	Considerações iniciais	733
13.2.	Bem jurídico tutelado.....	734
13.3.	Aspectos gerais.....	737
13.4.	Condição objetiva de punibilidade – Artigo 180 da Lei nº 11.101/05.....	746
13.5.	Crimes em espécie	748
13.5.1.	Fraude a credores	748
13.5.2.	Violação de sigilo empresarial	752
13.5.3.	Divulgação de informações falsas	752
13.5.4.	Indução a erro	753
13.5.5.	Favorecimento de credores.....	754
13.5.6.	Desvio, ocultação ou apropriação de bens	755
13.5.7.	Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens.....	756
13.5.8.	Habilitação ilegal de crédito	757
13.5.9.	Exercício ilegal de atividade	758
13.5.10.	Violação de impedimento	759

13.5.11. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios.....	761
Referências bibliográficas	762
CAPÍTULO 14 – LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI Nº 9.613/1998)	765
LUIZA BORGES TERRA	
14.1. Considerações iniciais	765
14.2. Breves considerações sobre a normativa internacional em lavagem de dinheiro	767
a. Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (Viena/1988)	768
b. A relevante atuação do GAFI	771
14.3. O delito de lavagem de dinheiro	775
a. A construção do tipo penal de Lavagem de Dinheiro e as principais alterações legislativas	776
b. O bem jurídico tutelado no delito de lavagem de dinheiro.....	777
1. Mesmo bem jurídico do delito antecedente como bem jurídico tutelado	780
2. Administração de Justiça como bem jurídico tutelado	782
3. A ordem socioeconômica como bem jurídico tutelado	784
4. A pluriofensividade do delito de lavagem de dinheiro.....	786
5. Considerações finais sobre o bem jurídico tutelado pelo delito de lavagem de dinheiro.....	787
c. Tipicidade objetiva do artigo 1º, <i>caput</i> , da Lei 9.613/1998.....	790
1. Sujeito ativo	790
2. Sujeito passivo	793
3. Objeto material	794
a. Definição do objeto material.....	794
b. A relação dos bens com o delito antecedente	794
c. A admissão da lavagem substitutiva.....	795
d. A possibilidade da lavagem em cadeia	796
e. A prova da infração antecedente	797
4. Condutas típicas do artigo 1º, <i>caput</i> , da Lei 9.613/1998.....	798
d. Tipicidade subjetiva do artigo 1º, <i>caput</i> , da Lei 9.613/1998	801
e. Tipicidade objetiva do artigo 1º, § 1º, da Lei 9.613/1998, uma especial referência à conduta típica	804
f. A tipicidade subjetiva do artigo 1º, § 1º, da Lei 9.613/1998	805
14.4. Dos efeitos da condenação	806
a. Hipóteses de inaplicabilidade do disposto no art. 7º da Lei 9.613/1998.....	806
1. Culpabilidade e sentença absolutória imprópria	806
2. Extinção da punibilidade	807
3. Acordo de não persecução penal	807
b. Os efeitos da condenação específicos da lavagem (art. 7º da Lei 9.613/1998).....	808
14.5. Principais aspectos processuais do delito de lavagem de dinheiro.....	810
a. Do procedimento aplicável.....	810
b. Da competência	810
c. Da admissão de ação controlada e infiltração de agentes.....	811
Referências bibliográficas	813